

# APAFERJ NO V SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

Págs 12 e 13



**Morre  
Dr. Ricardo  
Franco Neto**  
Págs. 10, 16 e 24



**Dr. Rosemiro Robinson lança o  
segundo volume do seu livro  
"Contos Paternos. Estórias que  
meu pai me contou" - Pág 24**





Márcio Alemany  
Presidente

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

# Forum sem a APAFERJ?

**D**epois de todos esses anos de muita luta para a construção de uma Advocacia Pública de relevo e com respeitabilidade, inclusive vivenciando todas as tentativas para a criação e implantação de um Forum Nacional que abarcasse todas as entidades associativas criadas nesses últimos 30 anos, assistimos à aprovação de Estatutos que excluem a nossa APAFERJ como sua integrante e sob qual pretexto? Como discutiram ou examinaram esse fundamental texto sem a nossa participação? Fomos desde o início proponentes desse Forum, que ficou sem existência jurídica por mais de dois anos e, mais que de repente, e sem a nossa audiência, aprovaram seus Estatutos, a toque de caixa, exibindo a necessária cobertura de um atraso em que não cabe culpa a ninguém, nos deixando de fora sem que o integrássemos, mas sim apenas na hipótese de sermos apenas convidados a participar, quando bem entenderem. Criaram ainda um ciclo de debates e de estudos para a discussão de estratégias com a contratação de especialista para ordenar metas ou

proposituras de ação para o desenvolvimento dessas estratégias. Vão nos ensinar a contatar e conversar com os deputados e senadores para que alcancemos a aprovação de propostas de interesse da Advocacia Pública e da nossa valente corporação? Não nos convidaram, não sere-mos ouvidos e, assim, retomaremos ao nosso velho ofício de sozinhos correr-mos atrás de tudo como dantes no “quartel de Abrantes”. Que lástima! Não demora nos acusarão de culpas por mantermos nosso velho árduo trabalho de percorrer os corredores e os gabinetes do Congresso colhendo assinaturas e contatando a base e a oposição, acusados, por certo, de que estaremos a realizar atividades paralelas, distantes das estratégias ora examinadas, para cuja adesão não foi solicitado nosso concurso. Perguntamos: para que isso? O que o Advogado Público associado ganha com o nosso alijamento? A alegação de nossa não inclusão como dirigentes ou como entidade não mantenedora foi mal explicada e quando os Estatutos já tinham sido enviados para o registro publico. A nossa trintenária Gloriosa APAFERJ foi desconsiderada por estar sediada no Rio de Janeiro. Foi tida como uma mera associação regional. Foi o que nos disseram e, mais ainda, para todo desafio e desconsideração repetiram “rezai e orai”. Um deboche, um despreço, um desrespeito. O que pode

passar pelas cabeças dos que pensam do mesmo modo? Serão esses os dirigentes do Forum Nacional que teremos que ter, que engolir. Mal chegaram e se esqueceram que encontraram a mesa posta e a cama feita, como já repetimos. Não são dois ou três anos de trabalho. São trinta! Temos orgulho e convicção de dizer: sem a nossa APAFERJ, nada teria acontecido. Começamos e prosseguimos até os dias de hoje e integrantes ou não, tocaremos nosso trabalho adiante. Outra atitude indecorosa foi a informação que nos deixou perplexos de que não havíamos contribuído financeiramente para o Forum Nacional. Teremos que juntar nossos comprovantes com os depósitos havidos desde o início. O que foi feito do dinheiro de nossas contribuições? Não serviu para nada? Não serviu para contrapartidas, não houve prestação de contas? Ficamos silentes até agora e de forma sempre polida continuaremos, mas não poderemos permanecer aceitando esses desrespeitosos desafios. Nada fizemos para merecermos essas atitudes que desagregam e nada somam de positivo em favor da Advocacia Publica e dos nossos associados, que por todos esses anos se dedicaram à construção de uma Advocacia Pública de relevo, sempre disposta ao atendimento do Estado e de sua cidadania. Em que pese todo esse desafio, não temos por hábito correr-mos das lutas e

das batalhas. Se não formos incluídos como integrantes e dirigentes, permaneceremos como sempre estivemos em nossa história que muito nos honra, prestigia e fortalece. Entendemos que o Forum Nacional da Advocacia Pública deve abarcar todas as associações brasileiras que pugnam por uma Advocacia Pública forte e respeitada, que sempre seja vista com grandeza e importância pelo Estado e pela sociedade. A APAFERJ junto com a ANPAF de há muito exigiu a sua criação do Forum por entendermos que seria mais útil e fundamental a congregação de todos os esforços para que unidos pudéssemos com mais racionalidade, economia e mesmos propósitos, marcharmos para acrescentar e somar, jamais desagregando, desunindo ou rachando nossas forças. Sempre buscando o consenso e a aprovação democrática de todos os temas de interesse, pensando, inclusive, em realizar a médio prazo a unificação de todas as nossas associações para a formalização de uma única entidade que viesse a corporificar a defesa permanente de todos nossos interesses. Sabedores de que se trata de um sonho, mas de possível realização em próximo tempo não tão distante. Lembramos das palavras de Tancredo Neves no auge da recuperação democrática de nosso País, repetidas por João Carlos Souto na posse do novo Presidente do Forum, Allan Titonelli Nunes,

“NAO VAMOS NOS DISPERSAR”! Esse lema e bem precioso para a ação de nosso Fo-rum Nacional e não poderemos deixar de aproveitá-lo sempre como uma bandeira desfraldada para o nosso continuar unidos! Como podem ter pretendido excluir a nossa participação com uma bagagem histórica de tantos anos? Agora estamos vivenciando a possibilidade de revermos o texto dos atuais Estatutos e não queremos e devemos apontar malfeitos. A APAFERJ conquanto reclama seus erros e precauções, mesmo alijada e protestando foi incluída na Comissão Revisora e quer dar a sua contribuição por todo dever de ofício e animada em fazê-lo. Pedimos ao colega Presidente da ANAUNI, Marcos Luiz da Silva, novo Coordenador ou Presidente da Comissão Revisora, que nos remetesse um cronograma conforme previsto para que pudéssemos estar presentes em Brasília nas reuniões com vistas ao exame e discussão desse novo texto a ser proposto. Por e-mail pedimos, ainda, dilatação do prazo para esse efeito, considerando a importância que o caso encerra. Acharmos que o prezado Presidente vai logo acertar esse cronograma e iremos poder dar a nossa contribuição. É o que esperamos! ■



Ney Machado  
Procurador Federal, Prof. da  
UFF e Membro do IAB.

# O descaso com a segurança dos magistrados, dos membros do Ministério Público e dos cidadãos.

**E**sta coluna, desde seu início, vem se pautando no exame de matérias de natureza jurídica.

Entretanto, nesta oportunidade, afasta-se de sua proposição para abordar um triste e melancólico episódio que chocou toda a sociedade: a morte criminosa da digna Juíza Patrícia Acioli.

Impõe-se ressaltar que o exercício da jurisdição se faz como fazia a Digna Magistrada, brutalmente assassinada, com independência e compromisso com a realização da verdadeira Justiça, cujos objetivos fundamentais encontram-se definidos no artigo 3º de nossa Carta Magna.

Infere-se que a violência afronta a sociedade como o inimigo do homem, numa manifestação antissocial, gerando, sem qualquer dúvida ou hesitação, providências urgentes, não só dos responsáveis pela segurança dos cidadãos, mormente aqueles que por dever de ofício exercem a judicatura com

independência em razão do compromisso assumido no exercício de tão nobre missão.

Frise-se que, de há muito, a violência voltada contra os membros da Magistratura e do Ministério Público vem sendo matéria enfocada pela mídia, não por se tratar de novidade, mas sim porque vem alcançando níveis que

através de medidas rígidas, para hoje e não para amanhã, de condições de segurança aos Magistrados, aos Membros do Ministério Público e ao cidadão comum na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

É notório a notícia de alcance mundial que revela o atentado praticado na Itália

Poder Judiciário, no exame de seus crimes, tendem estender seus tentáculos contra àqueles que, por força de seus encargos, afastam da sociedade a malta criminosa.

Dessa forma, cabe ao Estado o dever de assegurar a segurança aos Magistrados e Membros do Ministério Público, no sentido de que

ameaçados pelo crime organizado, como toda a sociedade.

Por fim, impõe-se enfatizar que o Estado deve, com urgência, organizar-se em matéria de segurança, pois Estado desorganizado, onde o desvio de poder e a falta de um comportamento ético deixarão a Magistratura, o Ministério Público e toda a sociedade nas mãos dos criminosos, pois o instrumento fundamental do Estado Democrático de Direito, para traçar seus objetivos é, sem dúvida, o respeito à vida e à dignidade da pessoa humana.

Este é o momento de uma grande articulação, na qual reunidos em torno de propósitos comuns possamos descobrir as medidas necessárias à implantação de uma verdadeira segurança para o Poder Judiciário, o Ministério Público e, principalmente, para a sociedade, pois, caso contrário, estaremos fazendo, como faço agora, UM MINUTO DE SILÊNCIO pela morte da Digna Juíza Patrícia Acioli. ■

**“...o exercício da jurisdição se faz como fazia a Digna Magistrada, brutalmente assassinada, com independência e compromisso com a realização da verdadeira Justiça, cujos objetivos fundamentais encontram-se definidos no artigo 3º de nossa Carta Magna.”**



causam apreensão.

Convém salientar que a vida é o maior de todos os bens protegidos pelo ordenamento jurídico, como enfatiza o *caput* do artigo 5º da Lei Maior, como direito fundamental, absoluto, intransmissível, irrenunciável e imprescritível.

A história, ao longo do tempo, vem contemplando e sobretudo alertando aos dirigentes sobre a extrema necessidade de prover,

pela máfia contra o Juiz Giovanni Falcone, um dos mais rígidos e ativos Juízes antimáfia.

Sabemos, também, que existem, segundo a mídia, vários nomes de Magistrados e Membros do Ministério Público constantes das listas desses criminosos.

Vivemos, assim, numa época em que organizações criminosas, quando colocadas sob a decisão do

tenham tranquilidade e segurança para proferirem suas decisões, em prol de suas vidas, pois caso contrário, se medidas urgentes não forem adotadas, ao invés das desculpas, não muito próprias e equivocadas, se permitirá, por via de consequência, a ameaça ao Estado Democrático de Direito, na medida em que não só a Magistratura e o Ministério Público estarão

# Abertas inscrições para o XII CONPAF



Natal a capital do estado do Rio Grande do Norte, será a sede do XII Congresso Nacional dos Procuradores Federais – CONPAF, entre os dias 7 e 11 de novembro próximo. Os organizadores do evento esperam a presença de aproximadamente 600 participantes. O encontro será realizado no luxuoso Pirâmide Natal Resort & Convention e as inscrições já poderão ser feitas pelo site [www.anpaf.org.br/conpaf](http://www.anpaf.org.br/conpaf). Como sempre acontece, o evento deste ano tem como objetivo reunir os associados das diversas entidades. É também uma oportunidade de crescimento do debate e de reivindicações.

O tema escolhido pela diretoria da ANPAF é, “Procuradoria-Geral Federal: ajudando na consolidação das políticas públicas”, e a programação consiste em duas palestras diárias com duração de 3 horas cada, e haverá também cerimônias de abertura e encerramento.

O presidente da ANPAF Rogério Filomeno, está confiante no êxito do evento pois será uma oportunidade para a troca de informações, exposição da carreira e crescimento.

## Pacote

Para garantir a participação dos associados e interessados, o Pirâmide Natal Resort & Convention fechou preços exclusivos para participantes do evento. As diárias em apartamento duplo ou single custam R\$ 285 com direito ao café da manhã e estrutura completa do hotel. O pacote foi fechado por R\$ 1.140 e pode ser dividido em até 3x sem juros. A ANPAF irá subsidiar o almoço e o transfer de chegada dos presentes.

O hotel escolhido para sediar o CONPAF 2011 possui o maior centro de convenções do Nordeste e está localizado à beira-mar e próximo ao centro da cidade. Conheça mais do espaço no [www.piramidenatal.com.br](http://www.piramidenatal.com.br).

## Passagens

As passagens aéreas poderão ser adquiridas pela Maiorca Turismo, empresa parceira da associação. As tarifas têm preços e planos de pagamento diferenciados.

Benefícios: Descontos especiais TAM para o CONPAF

Pagamento: Divide em até 8 vezes sem juros no cartão de crédito. Outras empresas preço sob consulta.

## Contatos:

[anpaf@maiorca.com.br](mailto:anpaf@maiorca.com.br) ou Tel: (61) 3047.8485

## Inscrições

A ANPAF disponibiliza diversas formas de inscrição para o CONPAF. Participe!

[www.anpaf.org.br/conpaf](http://www.anpaf.org.br/conpaf) ou fax (61) 3326.7547

Conhecida como Cidade do Sol, Natal, capital do Rio Grande do Norte está localizada no nordeste brasileiro e oferece ao visitante belíssimas praias, entre elas, Ponta Negra, localizada no sul da cidade, que é uma das mais animadas e frequentadas, onde existe um grande número de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e casas de shows.

A alta temporada vai de novembro à fevereiro ou março (geralmente até o final do carnaval), e novamente julho, época em que os vários hotéis ficam lotados.

## Gastronomia

Natal oferece aos turistas, uma variedade de pratos típicos e sua culinária diversificada, é líder na produção de camarão, que faz parte de muitos pratos da culinária local.

Muitos dos pratos típicos de Natal são baseados em peixes e frutos do mar (camarão, lagosta, etc); levam temperos e ingredientes diferentes (por exemplo, leite de coco, azeite de dendê) e vêm acompanhados por feijão verde, macaxeira, etc.

Alguns outros pratos são tipicamente nordestinos, sem similares nas culinárias do sul. **Carne de Sol** - Antes da invenção de geladeiras, o povo do Nordeste desenvolveu uma técnica de salgar a carne para facilitar sua conservação, dando origem ao que hoje se denomina carne de sol. A carne de sol em geral vem em porções generosas, acompanhada em geral por arroz, feijão verde, macaxeira e farofa ou paçoca. É provavelmente o prato mais servido nos restaurantes de comida típica de Natal.

**Paçoca** - Paçoca, em Natal, não é o doce de amendoim que se conhece no sul. Paçoca é, basicamente, uma farofa composta de pedaços de carne de sol desfiada e farinha de mandioca (mais temperos, como cebola, alho, etc).

**Tapioca** - Tapioca é feita à base de goma de farinha de mandioca, prensada e levemente aquecida em chapa. Os turistas costumam encontrá-las com diversos tipos de recheios,

doces e salgados: coco ralado, queijo coalho, carne de sol, frango, etc. Tapioca é encontrada em muitas padarias e lanchonetes, geralmente consumida como lanche.

**Baião de dois** - É preparado cozinhando-se, na mesma panela, primeiro o feijão e em seguida o arroz. É claro que muitas outras misturas podem ser adicionadas durante o cozimento, como carne de sol, queijo coalho, etc.

**A galinha cabidela ou galinha ao molho pardo** - A galinha cabidela ou ao molho pardo é o mesmo prato. Um dos mais tradicionais da cozinha brasileira. É feito com é feito com galinha caipira cortada em pedaços e guisada num molho feito com o sangue fresco da própria ave. O molho fica amarronzado e é por isso que se chama de molho pardo.

## Praias

**Ponta Negra** - Distante 14 km do centro de Natal, Ponta Negra é considerada uma das mais belas praias do Nordeste brasileiro. Sua denominação provém das pedras escuras que a circundam.

**Morro do Careca** - É uma duna de 120 m margeada por vegetação que se localiza ao extremo sul da praia de Ponta Negra.

**Areia Preta** - Localizada após a praia dos Artistas, sua denominação é proveniente de suas falésias de coloração escura.

**Praia do Meio** - Está situada entre a praia do Forte e a praia dos Artistas. Em seus limites realiza-se anualmente durante o Réveillon a tradicional Festa de Iemanjá.

**Praia do Forte** - Localizada nas proximidades do encontro do Oceano Atlântico com o Rio Potengi e protegida por arrecifes que formam piscinas naturais. Em suas imediações foi construída, em 1598, a Fortaleza dos Reis Magos.

**Praia da Redinha** - Última praia ao norte da cidade do Natal, é uma antiga vila de pescadores. No Mercado Público da Redinha a tradição é comer a famosa “ginga com tapioca”.



Allan Soares  
Procurador Federal

**N**oticiou a imprensa, em 18/08, que o FUNPRESP teve parecer favorável, mas que o Governo teria evitado a votação temendo sua rejeição pelos parlamentares, mas que insistiria nela por se tratar de um dos sustentáculos do ajuste fiscal. Se necessária a criação dessa previdência complementar para os servidores, ela deveria ter tido, porém, seus termos bem esclarecidos para que os Srs. Deputados soubessem, por exemplo, que estão votando uma proposta que, além de constitucionalidade mais que duvidosa, não garantirá o pagamento dos, insolitamente, chamados “benefícios”.

A questão da inconstitucionalidade se dá porque a Constituição Federal, (art. 4º, par. 15), prevê, categoricamente, que a previdência complementar do servidor público será de natureza pública. Ao contrário, o aludido projeto autoriza a criação de entidade fechada, a ser estruturada como fundação com personali-

# A previdência complementar dos servidores

*“Não é possível escapar do perigo dos bombardeios. Não podemos recuar. Não podemos mudar Londres de lugar.”*  
(Winston Churchill)

dade jurídica de direito privado (FUNPRESP). A distinção é relevante, já que o caráter público dessa previdência asseguraria aos inativados o recebimento desses “benefícios”.

Demais disso, pergunto: como serão reguladas as aposentadorias especiais dos professores, dos fisicamente prejudicados e, apenas exemplificativamente, dos médicos e radiologistas que trabalham com periculosidade e insalubridade em grau fortemente danoso à saúde?

Estas questões são fundamentais para os servidores ativos, inativos e pensionistas, porque elas dizem respeito a todos os que integram, integraram ou irão integrar o serviço público, cujos princípios específicos sempre interessam a todos.

Esse projeto é consequência de uma visão política que já atingiu os atuais aposentados e, assim, nossa solidariedade serve, também, como defesa contra outras possíveis medidas lesivas no futuro.

Permito-me considerar que as entidades que representam a Advocacia Pública não deveriam silenciar. Impõe-se, no mínimo, que se integrem, publicamente, nesse debate, que já vem sendo travado por outras entidades, inclusive buscando uma negociação.

A alteração dos termos atuais seria para que se preservasse o direito dos servidores, em especial o das categorias estratégicas para o Estado, assegurando-lhes uma previdência complementar de natureza pública.

Se mantida a proposta como está no PL 1992, relevantes carreiras públicas perderão sua atração para os que têm uma boa formação profissional.

Frise-se, porém, que, num eventual acordo, não poderiam ser aceitas concessões ou privilégios indevidos, na tentativa de apaziguar os que desconsideram o serviço público.

Apenas para argumentar, lembro que, no final dos

anos 30, o Primeiro Ministro inglês Neville Chamberlain, pensando apaziguar o poderio alemão, subscreveu o Acordo de Munique, abrindo mão dos sudetos tchecos. Proclamou, ao retornar, que tinha conseguido a “paz para nossa era”. Winston

Churchill que, quase sozinho, vinha protestando contra o rearmamento alemão, a anexação da Áustria, a militarização da Renânia, atacou, também, a anexação dos sudetos da Tchecoslováquia, em célebre discurso na Câmara dos Comuns:

*“Tenho observado esta famosa Ilha (obs: Inglaterra) descendo incontrolavelmente, de maneira imprudente, a escadaria que leva a um abismo sombrio. É uma escadaria ampla e agradável no começo, mas depois de um tempo, o tapete chega ao fim. Um pouco mais adiante, só há pedras de calçamento e, mais à frente, o chão se esfarela aos pés”*. (em Winston Churchill CEO, p.114, de Alan Axelrod – Elsevier Editora Ltda.)

Há momentos em que a inação e o silêncio ante situações de grande perigo prejudica mais que os questionamentos.

Os ingleses, que não podiam mudar Londres de lugar, não recuaram e

venceram, enfrentando os perigos. Os servidores, também, não se devem conformar, mas bater-se contra essa lesiva proposta de previdência de caráter privado. Vamos aguardar, confiando, a atuação do *Forum*.

**Em tempo:** A discussão sobre recursos para a saúde pública passa pela forma e seriedade com que são gastas essas verbas. Sou cauteloso sempre que pedem doações para atender a calamidades públicas. É notório que, muitas vezes, os bens doados não são aplicados em favor dos filhos da desgraça. Igualmente, no caso da saúde, é constante a má aplicação dos bens destinados ao povo carente, sem falar no péssimo tratamento a ele dado. Note-se, ainda, que cerca de um terço da população inserida na economia formal, inobstante pagar a contribuição obrigatória à saúde, vê-se na contingência de pagar por um convênio médico e, às vezes, pela deficiência deste, é obrigada a recorrer a profissionais particulares: são três pagamentos para a mesma finalidade. E ainda querem recriar a CPMF!

# Adams representa Presidenta Dilma nos 25 anos da Anajur e resalta importância da entidade para a Advocacia-Geral e o país

O Advogado-Gera da União, Luís Inácio Lucena Adams, representando a Presidenta Dilma Rousseff, destacou nesta quinta-feira (18/08) durante lançamento do livro Anajur 25 anos - Um olhar sobre a Advocacia Pública Federal e do selo comemorativo em homenagem ao jurista Saulo Ramos, a importância da Associação Nacional dos Membros das Carreiras da AGU para a criação da instituição e o país. Também afirmou que Dilma Rousseff reconhece o papel essencial dos advogados públicos e da AGU para o Estado.

“Esse momento é singular porque traz a memória de uma instituição que nasce na redemocratização do país. A presença do grande jurista, advogado, personalidade e pessoa humana, Saulo Ramos, é uma homenagem justa, pois ele foi um dos mentores da formação da Advocacia Pública no país, como está estruturada hoje na nossa Constituição Federal”, disse.

Para Adams, a iniciativa da Anajur tem importância significativa. “O que a Anajur fez durante esses 25 anos e por todos os atores que participaram dessa história, já mostra o que ela tem de importância e terá cada vez mais para o país, a sociedade e o Estado Brasileiro”, salientou.

A Presidenta da Anajur, Joana D'arc Mello, afirmou em seu discurso que a entidade, desde a criação, lutou para consolidação da AGU e por melhorias para as carreiras, que fazem um trabalho fundamental para o desen-

volvimento do país.

“Com 25 anos de atuação, a Anajur sempre esteve presente na vida dos advogados públicos, defendendo os seus interesses e prerrogativas. Daí a necessidade da reivindicação de uma remuneração compatível com a responsabilidade assumida pelos membros da AGU, seja com a aprovação da PEC 443/09, seja com uma atuação incisiva junto ao Ministério do Planejamento. Isso porque, além de promovermos a defesa dos líderes dos Poderes da República, defendemos políticas públicas que envolvem causas bilionárias como as relacionadas ao Projeto de Aceleração do Crescimento, a revitalização de portos e aeroportos, dentre outras, garantindo, assim, economia inestimável ao erário”, disse.

O homenageado da noite, advogado Saulo Ramos, 82 anos, um dos idealizadores da AGU, afirmou que a fundação do órgão “foi fruto de uma luta muito séria, bonita e grande”. Um esforço dele com a Anajur, fundada um mês depois da criação da Advocacia-Consultiva da União, também criada pelo jurista. “Depois eu e a Anajur nos juntamos e fomos infernizar a Assembleia Constituinte, para criação da AGU na Constituição de 1988”.

Ophir Cavalcante, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ressaltou o reconhecimento que a OAB tem pelos 25 anos da Anajur e pela criação da Advocacia Pública, por meio da AGU.

“Isso para nós trouxe um ganho significativo, independentemente de aqui ou ali os advogados privados terem rusgas em relação à Advocacia Pública, mas todos reconhecem enquanto cidadãos e também advogados privados, a competência, seriedade, lealdade que o advogado público se submete cada vez mais nos embates que têm que travar em defesa do Estado Brasileiro”.

Diversos dirigentes da AGU estavam presentes, como a Secretária-Geral de Contencioso, Grace Maria Fernandez Mendonça; o Advogado-Geral Substituto, Fernando Luis Albuquerque; a Procuradora-Geral da União e

sua substituta, Hélia Beterro e Izabel Vinchon; e o Consultor-Geral da União, Arnaldo Godoi.

## Carimbo e Selo

O carimbo comemorativo vai circular nos selos e correspondência da Anajur e da AGU, propagando por meio de imagem e legenda o tema que lhe deu origem. A imagem do carimbo e do selo possuem o mesmo tema. O selo é composto de duas partes, a primeira com a bandeira brasileira e o Congresso Nacional e a segunda que marca os 25 anos da Anajur.

O lançamento foi feito pelo Vice-Presidente Jurídico da Empresa Brasileira

de Correios e Telégrafos, procurador federal, Jefferson Carus Guedes. “Celebra-se aqui o Jubileu de Prata da Anajur. A Anajur se consolidação como uma referência de integração entre a Advocacia da União e as demais instituições e Poderes. Os correios estão muito honrados, e eu de forma especial pela coincidência, de se associarem a essas comemorações. Tanto o selo quanto o carimbo destacam a figura do homenageado e passarão a compor o Acervo Histórico dos Correios e ao circular nas correspondências estão propagando e perpetuando a mensagem desse momento solene”, disse.

## Os 25 anos da ANAJUR

No dia 19 de agosto de 2011, no salão nobre do Clube do Exército, foi realizado o jantar dançante em comemoração aos 25 anos da Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União – ANAJUR.

A APAFERJ foi representada pelo Diretor Social, Dr. Gracemil Antonio dos Santos.



# Fatos . Fatos . Fatos . Fatos . Fatos .



Antonio C. Calmon N. da Gama  
Diretor de Divulgação da  
APAFERJ

## V SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

A Escola da Advocacia-Geral da União realizou nos dias 19 a 21 de setembro, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, o V Seminário sobre Advocacia Pública Federal. Na abertura do conclave estiveram presentes várias autoridades do mundo jurídico, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre os quais citamos: o Vice-Presidente da República – Michel Temer (representando a Presidenta Dilma Rousseff); o Presidente do Senado José Sarney; o Advogado-Geral da União – Ministro Luis Inácio Lucena Adams, que deu as boas vindas aos presentes e teceu comentário sobre a AGU. O grande Homenageado na Solenidade de Abertura foi o Dr. Saulo Ramos, a quem coube proferir a Palestra Magna sobre Advocacia-Geral da União.

## V SEMINÁRIO BRASILEIRO I

Como sempre, o Seminário foi muito bem organizado pela Diretoria da Escola da AGU, o que contribuiu para o seu sucesso. Os temas das palestras e das oficinas foram todos atuais e

voltados para dirimir dúvidas por ventura existentes quanto à aplicabilidade de dispositivos legais que envolvem conflitos de interesses entre a União e seus entes federativos e particulares tais como combate à corrupção, Agenda Ambiental e Licitação Sustentável, Instrumentos de Cobranças e Recuperação de Créditos Públicos.

## V SEMINÁRIO BRASILEIRO 2

Entre os Palestrantes citamos: Ministro André Luis de Carvalho – TCU; Dr. Ivo da Motta Azevedo Corrêa – Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil-PR e Rafael Abritta – Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da CGU; Sobre o Tema “*A Formação do Estado e do Direito Americano*”, Palestrantes Professor Thomas Golden, da Thomas Jefferson School of Law e Dr. Arnaldo Godoy – Consultor-Geral da União; Sobre o Tema “*A Conciliação como Instrumento de Autocomposição*”, Palestrantes Ministro Luis Lucena Adams – Advogado-Geral da União e Ministra Fátima Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça.

## V SEMINÁRIO BRASILEIRO 3

Fica aqui nossa homenagem a todos os participantes que contribuíram para o sucesso do conclave e em especial a equipe da ESCOLA DAAGU.

## CONPAF

Está chegando a hora do nosso XII Congresso Na-



V Seminário da Advocacia Pública

cional dos Procuradores Federais. Conforme já ressaltamos anteriormente, o conclave acontecerá nos dias 7 a 11 de novembro, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A equipe organizadora está a todo vapor, trabalhando de forma incansável para oferecer aos participantes palestras com temas de interesse da Advocacia Pública, ministradas por professores e colegas procuradores. Não deixem sua inscrição para última hora. Vamos mais uma vez prestigiar o nosso Congresso.

## ANCINE

Quem está a dois anos à frente da Ouvidoria da ANCINE – Agência Nacional de Cinema é o nosso colega Procurador Federal Valério Nunes Vieira. O trabalho que vem desenvolvendo no setor, é digno de aplausos não só pelo seu desempenho, como também pela organização que atualmente impôs ao setor, contribuindo destarte para o seu aprimoramento.

## LIBERDADE RELIGIOSA

Acontecerá na orla de Copacabana, no dia 18 de

setembro, a 4ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, realizada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, sendo um dos organizadores do evento nosso colega Procurador Federal e Presidente do Conselho Fiscal da APAFERJ, José Carlos Damas, que está satisfeito com o resultado obtido, pois reuniram mais de 30 mil pessoas nas ruas, o que, no seu entender, foi uma grande festa da democracia.

## UMA GRANDE PERDA

Perdemos, no mês de setembro, nosso estimado Procurador Federal Ricardo Buarque Franco Netto, pessoa dedicada à carreira da Advocacia Pública e por todos nós admirado, sempre aguerrido nas lutas da categoria, objetivando o seu aprimoramento, não sendo poucas as conquistas auferidas em razão da sua prudente e sabia intervenção. Na qualidade de Secretário-Geral da ANPAF colaborou com inúmeras comissões instituídas pela AGU. Temos a certeza de que o nosso Decano deixará lacuna de difícil preenchimento. Ao seus familiares o nosso profundo pesar.

## LANÇAMENTO

O Vice-Presidente da APAFERJ, Procurador Federal, Dr. Rosemiro Robinson Silva Junior, lançou, no dia 25 de agosto, o segundo volume do livro: “*Contos Paternos estórias que meu pai me contou – II*”. O evento aconteceu na sede da APAFERJ na rua Álvaro Alvim nº 21 – 2º andar – Cinelândia, no Rio de Janeiro, comparecendo, na ocasião, além de parentes, amigos e colegas, sua filha, Lucia Helena, que mora na Inglaterra e veio especialmente prestigiar o lançamento. A obra contém 33 contos bem urdidos e que no final de cada um deles nos leva a refletir sobre a moral neles contida. Vale a pena conferir.

## FELICIDADE

Quem está feliz da vida, e com toda razão, é o Presidente da APAFERJ – José Marcio Alemany, pois seu neto Diego Alemany Dias, que está integrando a seleção brasileira de tênis de mesa, já tendo conquistado vários títulos em competições Sul Americanas e representará o Brasil nas Olimpíadas. Desejamos ao Diego votos de muito sucesso no desempenho de sua modalidade esportiva e que traga o título de campeão Olímpico, para orgulho de seus pais e avós.

## PENSAMENTO

“Por tuas palavras serás condenado, e por tuas palavras serás justificado”

Jesus de Nazaré

# Posse do novo Presidente do Forum

## Forum Nacional da Advocacia Pública Federal

Foi realizada a transmissão de cargos da nova Diretoria Executiva do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, no dia 10 de agosto às 19:30h na sede da ANPPREV, Qd. 06 Ed. Belvedere.

Na oportunidade prestou-se homenagem ao ex-secretário-geral, Dr. Jorge Messias e ao ex-presidente, João Carlos Souto.

### Biênio 2011 - 2013

#### Diretoria

*Presidente* - Allan Titonelli Nunes

*Vice-Presidente* - Joana d'Arc Alves Barbosa de Mello

*Secretário Geral* - Ciro Miranda Carvalho

*Diretor de Assuntos Jurídicos* - José Augusto Sansoni Soares

*Diretora Tesoureira* - Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho

*Diretor de Comunicação* - Rogério Filomeno Machado

*Presidente de Honra* - João Carlos Souto

#### Entidades associadas e dirigentes

ANAJUR - *Joana D'Arc Alves Barbosa de Mello (presidente)*

ANAUNI - *Marcos Luiz Silva (presidente)*

ANPAF - *Rogério Filomeno Machado (presidente)*

ANPPREV - *Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho (presidente)*

APBC - *Fabiano Jantalia Barbosa (presidente)*

APAFAERJ - *José Marcio Araujo de Alemany (presidente)*

SINPROFAZ - *Alan Titonelli Nunes (presidente)*





# Nacional da Advocacia Pública

fotos: Ruano Carneiro



## Advocacia-Geral comprova que terreno ocupado na ilha do Frade no Espírito Santo pertence à União

A Advocacia-Geral da União (AGU) demonstrou, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que a titularidade de terreno localizado na Ilha do Frade no Espírito Santo pertence à União. A posse do imóvel estava sendo questionada em ação que tenta impedir cobrança das taxas de aforamento e ocupação, além de cancelar o registro da área na Secretaria de Patrimônio da União.

A Procuradoria da União no

Espírito Santo (PU/ES) conseguiu comprovar, no entanto, que terreno é classificado como interior de ilha costeira e está devidamente identificado e demarcado. Portanto, está sujeito ao pagamento de receitas decorrentes de sua utilização, como as taxas previstas na Lei 9760/46, que trata dos bens imóveis da União.

A Procuradoria ressaltou ainda que a Emenda Constitucional nº 46 não alterou a propriedade da

União sobre os terrenos de marinha, independentemente de onde estejam situados. Segundo a advogada da União, Renata Buffa, que atuou no caso, existe uma separação geográfica entre a Ilha de Vitória e a Ilha do Frade. “A sede do município de Vitória está na Ilha de Vitória e a Ilha do Frade não contém sede de município, o que autoriza constitucionalmente a cobrança de taxas de ocupação pela União no caso

concreto”, destacou.

A 6ª Turma Especializada do TRF2 acolheu, por unanimidade, os argumentos da AGU e assegurou o domínio da União sobre o imóvel. O relator da ação considerou que “o fato é que a Ilha do Frade é uma ilha autônoma, distinta da Ilha de Vitória. Assim, a sede do município de Vitória não está contida na Ilha do Frade, pois está localizada na ilha vizinha. E isto basta para afastar a tese inicial”.

# Procuradoria consegue economizar mais R\$ 3,8 milhões na redução de honorários advocatícios fixados pela Justiça Federal na região Sul

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu uma economia de R\$ 3,8 milhões com a redução de honorários advocatícios em processos de execução de ações coletivas que correm na Justiça Federal da região Sul. O montante se referente a recursos já apreciados com resultado favorável ou parcialmente favorável no primeiro semestre de 2011.

Na defesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com auxílio da Procuradoria Federal junto à UFRGS, por exemplo, a

Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região (PRF4) conseguiu reverter várias decisões de primeiro grau que fixavam honorários em patamar de 10% sobre o total executado.

A Coordenação de Matéria Administrativa da Procuradoria identificou, em levantamento inicial sobre o resultado da atuação, que em 38 recursos de Agravo de Instrumento interpostos pelos procuradores no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o resultado dos julgamentos levou a uma economia de R\$ 3.807.190,67.

Segundo a PRF4, dentre os recursos, um se destacou pela

redução de R\$ 281.973,74. O tribunal concordou com os argumentos no sentido de que o processo originário estava com “verba honorária excessiva”. A redução foi de 10% para 2% do valor executado.

“Em alguns casos, os honorários da execução de ações coletivas são fixados em patamar excessivo, aumentando ainda mais o débito existente e contrariando as normas processuais sobre o tema”, explica o procurador Federal Rubem Corrêa da Rosa, chefe da Divisão de Gerenciamento de Atuação Prioritária da PRF4.

Segundo o Procurador, a

economia gerada é importante para não aumentar ainda mais os débitos das autarquias federais, cujo pagamento ocorrerá na via judicial, mas que depende de dotação orçamentária própria para a efetivação do pagamento.

As providências da Procuradoria-Regional Federal na 4ª Região para garantir mais economia com a redução de honorários advocatícios vão continuar neste semestre, inclusive com acompanhamento sistemáticos de recursos da AGU com esta finalidade, já apresentados ao TRF4 para e pendentes de apreciação.

## Homenagem póstuma a RICARDO BUARQUE FRANCO NETO

Muito comum a sucessão acontecer sem que se saiba dos fatos antecedentes. E duas coisas, quase sempre, ocorrem: a perda da memória e a ingratidão dos que herdaram. Com o lastimável desaparecimento de Ricardo, em face de sua grande importância, os que tiveram o privilégio de seu convívio não irão esquecê-lo e permanecerão sempre gratos por todo o alcance de seu excelente plantio de boas sementes que realizou. Ricardo não foi somente líder e hábil diplomata mas um exemplo de idealista, difícil hoje de ser comparado. Prudente, inteligente, amigo, construtor e estrategista foram algumas de suas qualidades que todos sabíamos e que a todos beneficiou com seu raro talento de realizador. Nossa Advocacia Pública cresceu e se fez importante com sua

fundamental contribuição. Sempre soube ouvir os contrários e bem dizer aos seus aliados. Conciliador, somava e aglutinava, ninguém que desse alguma contribuição ou tivesse uma idéia de bom caminho por ele deveria ficar de fora ou desconsiderado. Foi sempre diligente e como poucos soube coordenar com maestria todas as ações que efetivassem grandeza ao seu profícuo trabalho. Seu título de Decano foi uma consagração das mais merecidas por sua experiência e argúcia. Ricardo Buarque Franco Neto merece ser lembrado por tudo isso que foi dito, mas, principalmente, porque propiciou a todos nós, Advogados Públicos, a certeza absoluta da importância de nosso ofício.

*Marcio Alemany*  
Presidente da APAFERJ



**Festa de Confraternização da APAFERJ - 2011**

No dia 1 de dezembro próximo, no Restaurante Real Astória, na Rua Repórter Nestor Moreira, nº. 11 – Botafogo, das 21:00h à 1:00h, será realizada a tradicional FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DA APAFERJ.

Os ingressos poderão ser adquiridos na sede da APAFERJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00h às 18:00h.

Para maiores esclarecimentos: telefones: 2240-2420 / 2532-0747 / 2524-6729, e-mail: [secretaria@apaferj.org.br](mailto:secretaria@apaferj.org.br)

# AGU consegue indisponibilidade de bens e aplicações financeiras de empresas que devem mais de R\$ 1 milhão em multas à ANP no estado de Pernambuco

A Advocacia-Geral da União garantiu, na Justiça, a indisponibilidade do patrimônio de sete empresas no estado de Pernambuco, assim como dos bens dos sócios e administradores, com o objetivo de garantir o pagamento de crédito decorrente de multas aplicadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), cobradas em 24 execuções fiscais. Os valores das multas ultrapassam R\$ 1 milhão.

Em nome da ANP, os procuradores federais sustentaram que foram utilizados diversos artifícios pelos devedores para o não pagamento dos débitos apontados, dentre os quais a constituição e

desconstituição de diversas pessoas jurídicas, com identidade de sócios, seguidas de mudança de quadro societário por seus parentes e idêntico ramo de atividade econômica, de modo a proporcionar confusão patrimonial. Isso foi feito para escoar recursos de empresas cujos CNPJs já se encontravam em dívida ativa. A AGU também identificou a inexistência de patrimônio suficiente para pagamento das dívidas.

A Procuradoria Seccional Federal (PSF) em Petrolina e a Procuradoria Federal (PF) junto à ANP demonstraram que as empresas foram dissolvidas irregularmente, sem deixar qualquer patrimônio para

pagamento das dívidas, estando em atividade apenas uma das sociedades, motivo pelo qual deveria haver a desconsideração da personalidade jurídica.

Argumentaram também que todas as empresas eram administradas, por uma única pessoa, com a constatação de confusão patrimonial entre as diversas sociedades e sócios.

O juiz da 17ª Vara Federal de Pernambuco acolheu a alegação de que as sociedades constituíam um único empreendimento e reconheceu as sucessões fraudulentas praticadas, sempre dentro de um mesmo grupo familiar. Por isso, acolheu o pedido

da AGU e ordenou a desconsideração da personalidade jurídica de todas as firmas, decretando ainda a indisponibilidade dos bens móveis, imóveis e das aplicações financeiras em nome dos responsáveis, até o limite dos créditos da ANP.

De acordo com a sentença, “as diversas empresas do grupo foram criadas com a finalidade de burlar eventuais execuções e dívidas existentes, deixando para trás o passivo acumulado, ao passo que a mesma atividade econômica prosseguia sob nova denominação, inclusive nos mesmos locais e com os mesmos administradores”.

## Você sabia?

### Agronegócio

Com uma população superior a 170 milhões, o Brasil tem um dos maiores mercados consumidores do mundo. Hoje, cerca de 80% da produção de alimentos é consumida internamente e apenas 20% são embarcados para mais de 209 países. Em 2003, o Brasil vendeu mais de 1.800 diferentes produtos para mercados estrangeiros. Além dos importadores tradicionais, como Europa, Estados Unidos e os países do Mercosul, os produtos agronegócio tem chegado aos mercados da Ásia, Oriente Médio e África.

## Advocacia-Geral e TRT-5ª Região assinam acordo para agilizar citação de Procuradoria em processos de interesse de 40 autarquias

A Advocacia-Geral da União (AGU) assinou um convênio de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) para implantação de procedimentos de citação e intimação da Procuradoria Federal no Estado da Bahia (PF/BA), em processos de interesse de cerca de 40 autarquias e fundações.

O objetivo da parceria é reduzir despesas ao disciplinar os procedimentos de remessa de processos judiciais pelas varas do Trabalho de 26 municípios do Estado da Bahia. Para tanto, ficou estabelecido que as citações e intimações da PF/BA ocorrerão

através do serviço de malote oferecido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por contrato celebrado com a AGU.

Antes do convênio, as citações e intimações aconteciam em dia específico, o que obrigava os procuradores a terem que se dirigir às varas para ciência desses atos processuais, com grande dispêndio de tempo e recursos para realização dessa tarefa. Agora, as comunicações serão encaminhadas para as unidades da Procuradoria localizadas na respectiva jurisdição da vara, facilitando os trabalhos dos procuradores, com aumento qualitativo dos resultados.

“O convênio veio em momento oportuno. Depois de vencermos várias resistências internas no Tribunal, que aparentemente não compreendia o alcance da medida, o instrumento veio a ser firmado em época de contenção de gastos com diária, veículos, dentre outras, pelo que se alinha plenamente com a Política Governamental” destacou Frederico Cezario Castro de Souza, Procurador-Chefe da PF/BA.

A assinatura ocorreu no gabinete da Presidência do Tribunal, e foi acompanhada pelo Diretor do Fórum do Comércio, juiz Paulo Tempora e pela presidente do TRT5, Desembargadora Ana Lúcia Bezerra Silva.

# APA FERJ no V Seminário Brasileiro

## Jurista Saulo Ramos é homenageado por dedicação à Advocacia Pública

O jurista **Saulo Ramos**, considerado o grande idealizador da advocacia pública no Brasil, relatou que existiram dificuldades no processo de criação da AGU. Segundo ele, há 25 anos a pronúncia do termo “advogado da União” até gerava espanto.

A palestra do jurista no V Seminário sobre Advocacia Pública Federal foi presidida pelo Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams. “*Fazemos essa homenagem especial ao advogado Saulo Ramos justamente porque ele é o grande idealizador desse universo que é a advocacia pública Federal, estadual e municipal*”, afirmou.

Saulo Ramos explicou que conseguiu do então presidente da República a criação da Advocacia Consultiva da União, por meio do decreto 93.237, de 8 de setembro de 1986. Ele lembrou que na minuta do decreto estava previsto “Advocacia da União”, mas foi convencido de que a nomenclatura, na época, poderia causar conflito com os procuradores da República, porque os assistentes jurídicos e os procuradores da fazenda Nacional não tinham a principal atribuição do advogado: representar a União em Juízo.

A partir daí Ramos começou “*a estudar a melhor maneira de convencer a Assembleia Nacional Constituinte a aceitar a idéia de criação da AGU*”. Saulo Ramos também lembrou do papel dos procuradores da República, que até a criação da AGU fizeram a defesa da União.

### Lei de criação da AGU

O jurista lembrou que somente em 1993, cinco anos depois de promulgada a CF/88, a lei de criação foi finalmente editada. “*Antes, foram costurados alguns pedaços do conjunto. A história é complexa, com incidentes sérios, e que não pode ser conhecida apenas pelos atos jurídicos que vieram à luz porque muita coisa nos bastidores conspirou contra organização da AGU, já que sua criação tornara-se irreversível por estar na Constituição*”, afirmou.

Saulo Ramos ressaltou que LC 73, que institui a organicidade da AGU, é muito importante para instituição. “*O que importa a todos é que a instituição esta aí, em pleno funcionamento, impulsionada pelo eficiente trabalho de oito mil advogados brilhantes*”, destacou.

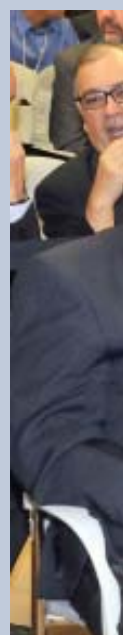
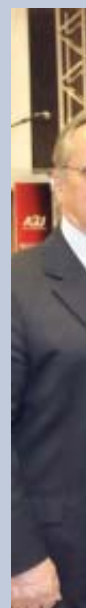
### Homenagem

Ao final da palestra, Saulo Ramos, recebeu da coordenadora da Esco-

la da AGU, advogada da União Juliana Sahione Neiva, um quadro alusivo à participação do jurista no Seminário. O Advogado-Geral, Luis Inácio Adams, também entregou ao jurista uma placa em homenagem por sua dedicação e empenho na busca da defesa da União e por auxiliar na construção da história da AGU.

A procuradora Federal, Maria Jovita Wolney Valente, destacou que a solenidade é um momento de rara felicidade. “*O seu mérito cada vez mais cresce pelo fato de se haver dedicado à causa da Advocacia Pública que, corporativamente, não era sua. A sua causa, reconhecida e bem-sucedida, era a advocacia privada*”, registrou.

De acordo com a procuradora, Saulo Ramos concretizou confiança. “*Mesmo com o elemental serviço jurídico, plantou esperança com a então Advocacia Consultiva da União e, semeando mais idéias, plantou a AGU e hoje nós e a sociedade brasileira desfrutamos desta formidável instituição*”, finalizou.



# Seminário sobre Advocacia Pública Federal

*fotos: Ruano Carneiro*



# Pronunciamento do Dr. Edson de Paula

Senhor Presidente e demais colegas,

Diferentemente de outras ocasiões, em que tenho comparecido às reuniões das terças-feiras, abordarei hoje, um assunto inusitado, mas que toca sentimentalmente a todos nós.

Eis que venho externar, com imensa tristeza, meu sentimento de pesar pelo passamento do nosso valoroso colega, desde os bancos universitários, Dr. RICARDO BUARQUE FRANCO NETO, de vez que, anteriormente à convivência nesta associação, fomos contemporâneos e companheiros de luta universitária na antiga Faculdade Nacional de Direito, do Largo do Caco, juntamente com outros colegas desta casa, como o Dr. Fernando Carneiro, o Dr. Ney Vianna e o Dr. Alan Soares, militando todos nós na ALA, Aliança Libertadora Acadêmica, partido eminentemente democrático e centrista, embora com tendência

voltada para o nacionalismo democrático.

Este era o traço característico do nosso agrupamento partidário, em contraposição ao MOVIMENTO DE REFORMA, que congregava em suas hostes, colegas de outro jaez, vez que era esta de sentido de luta esquerdista, por excelência, cuja atuação, além da atividade interna, era também voltada para os movimentos de rua e participação em comícios públicos, fazendo alarde de suas convicções mais extremadas.

O Dr. RICARDO, que estará indelevelmente em nossa lembrança, e nos nossos corações apaferjianos, foi indubitavelmente um lutador incansável nas lindes universitárias, e, por pouco, deixou de realizar aquilo que era o seu grande sonho, de então, ser eleito presidente do CACO, Centro Acadêmico Candido de Oliveira, eis que perdeu a eleição para o Dr. Jerônimo, do MOVIMENTO LIBERTADOR

ACADÊMICO, por um único voto, fato que lhe deprimiu bastante, e que foi de todo lamentável.

O que mais nos consola e conforta, neste momento, porém, é a nossa certeza de que o Dr. RICARDO já se deve encontrar num plano superior, pela pessoa boa e prestimosa que sempre foi nas nuances da vida material, cujo seguimento, nós vivos, ainda temos que perلustrar, sabe Deus até quando.

Enfim, pela circunstância do seu precoce desaparecimento, lamentável para todos nós, tivemos o ensejo de comparecer, juntamente com o Presidente desta casa, D. Marcio Alemany, além de outros colegas, à missa fúnebre do nosso já saudoso e inesquecível companheiro Dr. RICARDO, dedicada a sua alma, a qual teve lugar na capela da Igreja da rua Francisco Otaviano, no Posto 6, em Copacabana.

Além do Dr. Marcio Alemany, estiveram presentes à referida solenidade cristã, o Dr. Rosemiro

Robinson, o Dr. Fernando Carneiro, o Dr. Antonio Calmon, a nossa modesta pessoa, além de outros colegas associados desta entidade, cujos nomes não me foi dado identificar, naquela ocasião, naquela oportunidade de despedida final, das atribulações da vida, daquele que foi um lutador incansável das boas causas do nosso País, bem como foi um destemido lutador, bravo e vitorioso pelas conquistas e grandezas da nossa querida APAFERJ.

Em razão de tudo isso, o que temos a acrescentar, como ponto final é apenas o seguinte: Que Deus o tenha em bom lugar, Dr. RICARDO, pela figura humana, afável e solidária que você sempre foi.

Por isto, dizemos até breve, quando todos encontrar-nos-emos na ETERNIDADE.

**Edson de Paula**  
Procurador Federal

## AGU comprova que professores da UFG aposentados pelo regime celetista não têm direito a gratificação de Retribuição por Titulação

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu, na Justiça, impedir pagamento indevido da chamada “Retribuição de Titulação” a professores aposentados da Universidade Federal do Goiás (UFG) contratados pelo regime celetista.

A Procuradoria Federal do Goiás (PF/GO) e a Procuradoria Federal junto a UFG explicaram que os professores não possuem direito a gratificação, pois a Lei nº 11.784/

2008 determinou que os valores fossem pagos como incentivo as titulações de mestrado e doutorado apenas aos profissionais concursados.

Diversos professores aposentados da UFG ajuizaram ações alegando possuir o direito de receber a “Retribuição de Titulação”. Para eles, a gratificação deveria ser paga aos servidores ativos e inativos.

O juízo Federal Substituto da 9ª

Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal concordou com os argumentos apresentados pela AGU e destacou que “ao manterem vínculo regido pela CLT, na condição de empregados públicos, e se aposentarem antes da CF/1988, os impetrantes não foram enquadrados no plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos das universidades federais, não fazendo jus, portanto, ao adicional pretendido”.

### Gratificação

A Retribuição por Titulação é uma gratificação concedida aos titulares de cargos efetivo de nível superior integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública que sejam detentores do título de Doutor ou Mestre.

O objetivo é estimular os profissionais a buscarem novas titulações e aperfeiçoamento profissional.



Carlos Alberto Mambrini  
Diretor da Apaferj

**A**ntes da criação da ANPAF, os procuradores federais se reuniam em pequenos grupos nos diversos estados da federação para discutir e sugerir as questões referentes à carreira que começava a ser construída pela lei que criou a Advocacia Consultiva da União.

O idealizador da carreira foi o Dr. SAULO RAMOS, que teve apoio do então presidente da República e seu amigo dileto Dr. José Sarney, que, através de decreto executivo, integrou e ordenou os serviços jurídicos da administração federal.

O único grupo organizado em forma de associação eram os Procuradores Federais lotados no Rio de Janeiro, que já estavam em estado de alerta desde dezembro de 1981, quando o Dr. Wagner Cavalcanti de Albuquerque fundou a APAFERJ.

No Brasil Central, entre os inúmeros colegas que começavam a se destacar, surgiu a Dr<sup>a</sup> Maria Santíssima

Marques, que propôs aos colegas de Goiás a realização de um encontro nacional de procuradores federais autárquicos para discutir a Lei Complementar da AGU, que estava sendo elaborada em Brasília.

O antigo IAPAS autarquia que, naquele momento, possuía um numeroso contingente de Procuradores em Brasília para reunião de trabalho, contribuiu muito para o êxito do simpósio, redirecionando-os para Goiânia. Também estavam presentes os procuradores Fernando Ferreira de Mello(SUNAB) e Rosemiro Robinson Silva Junior. (INPS), ambos diretores da APAFERJ.

Outras autarquias, ao tomarem conhecimento da reunião, foram encaminhando seus representantes para aquela cidade, que foi escolhida para patrocinar o encontro histórico nos dias 11 e 12 de maio de 1989, que haveria de nortear a composição da Advocacia Pública e servir de berço para futura ANPAF.

Nesta altura dos acontecimentos, a Assembléia Nacional Constituinte já havia criado a Advocacia Geral da União, mas faltava a lei complementar para organizá-la. Os grupos da advocacia pública começaram a se digladiar, sobrando para os procuradores autárquicos federais a pecha de trem da alegria. Informaram à



imprensa que mais de cinco mil funcionários de todos os níveis seriam promovidos sem concurso para a carreira de procurador federal e teriam direito a salários absurdos. Era preciso apagar o incêndio.

Foi então que surgiu a idéia de convidar o idealizador da Advocacia Pública, o Dr. Saulo Ramos, que participou do evento proferindo uma brilhante palestra sobre o direito público. Ao finalizar, anunciou, para a surpresa dos presentes, a remessa à câmara federal do projeto de lei que organizava as carreiras da AGU e incluía os Procuradores Federais. Houve uma explosão de alegria. O simpósio que esperava menos de cem procuradores, acabou com mais de quinhentos

participantes, dentre os membros das diversas carreiras da advocacia pública.

O deputado federal Nilson Gibson, que participava do evento, chamou a Dr<sup>a</sup>. Maria Santíssima e o Dr. José Higino e orientou-os sobre o acompanhamento do processo legislativo. Felizmente, os boatos que circulavam foram desfeitos e os desencontros recomendaram que fosse tomada uma decisão firme e agregadora. No dia 28 de agosto de 1990 foi criada a ANPAF, e a sua idealizadora, Dr<sup>a</sup> Maria Santíssima Marques, foi eleita a primeira presidente da nova entidade de caráter nacional.

Nossa história tem muito heróis anônimos, inclusive

deputados federais e senadores e outros procuradores que se destacaram, mas não foram mencionados para não magoar alguém que possa ser esquecido. Homenageamos a todos na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Maria Santíssima Marques, que, há 21 anos, fundou e presidiu a ANPAF. Foi ela também quem realizou um ano antes o primeiro encontro nacional de procuradores na cidade de Goiânia, dando início a esta magnífica jornada de acontecimentos que se repetem anualmente nos Congressos Nacionais de Procuradores Federais, como o próximo CONPAF no período de 7 a 11 de novembro próximo na cidade de Natal (RN).

## Ricardo – a referência da Advocacia Pública.

Ricardo Franco Netto pertencia a uma geração de acadêmicos de direito que teve o privilégio de ouvir as aulas magistrais do professor Santiago Dantas e outros ilustres mestres da tradicional Faculdade Nacional de Direito.

Orgulhava-se muito de ter pertencido ao famoso CACO, o agitado Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, que promovia comícios por todas as reformas imagináveis para consertar o país e ensinar o governo a administrar.

Eram assim os estudantes da época e o acadêmico Ricardo um deles.

Formado em direito ingressou na OAB/RJ e começou militando na área de direito privado.

Entretanto, os seus ideais e a sua vocação o conduziram para o direito público, ingressando no DNER em 1961, onde foi chefe do gabinete do Diretor-Geral. Mais tarde, transferiu-se para Brasília e trabalhou em vários ministérios como: Planejamento, Saúde, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Urbano, encerrando a carreira como Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes, em 1997.

Quando foi criada a ANPAF, em



1987, a Dr<sup>a</sup>. Maria Santíssima Marques, então presidente, teve a sorte de encontrar seu grande colaborador e amigo ao convidá-lo para o cargo de diretor, no momento em que se discutia o texto do artº 17 da Lei Complementar nº73.

**O embroglio dos procuradores autárquicos estava na pauta quando o Dr. Ricardo Buarque Franco Netto encontrou a solução ao redigir o texto da emenda que viria consagrar o art.17, assegurando aos mesmos uma posição definido na tão polêmica Lei da Advocacia Pública.**

Considerado o legítimo herdeiro do legado de realizações até então conquistadas em prol da Advocacia Pública, o Dr. Ricardo Buarque Franco Netto assumiu a presidência da ANPAF em 1993, trabalhando, depois, como diretor, até o ano anterior ao seu decesso em 16.09.2011.

Organizava os Congressos da ANPAF, conduzindo os trabalhos com a precisão de um maestro regendo uma orquestra sinfônica. O último foi em 2010, na cidade de Vila Velha (ES).

Mesmo já combatido pela doença, coordenou e participou ativamente de todo o congresso, sem faltar um dia, dedicando a todos a sua atenção e uma palavra de amizade. Foi a sua despedida.

A APAFERJ, que sempre teve o apoio e a amizade do Dr. Ricardo Buarque Franco Netto durante todos estes anos dourados, fica agora enlutada e saudosa.

Brasília sem o Ricardo não será mais a mesma.

Adeus amigo, um dia voltaremos a nos encontrar.

Muito obrigado por tudo.

*Carlos Alberto Mambrini*

## Eterno Decano

A advocacia sofreu em setembro uma grande perda com a morte do procurador federal Ricardo Franco Netto, no dia 16 de setembro. Ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf) e decano do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, foi essencial para o fortalecimento das funções essenciais à Justiça no Brasil.

O presidente da OAB/DF, Francisco Caputo, externou o pesar de toda a Ordem com a triste notícia. “Tratava-se de um eminente homem público que por seu destaque intelectual, honradez e liderança profissional muito engrandeceu os quadros da advocacia pública brasileira”.

Já a conselheira federal da OAB, Meire Lúcia Mota Coelho, cunhou a expressão “nosso eterno decano” para defini-lo. “A advocacia pública, o Fórum Nacional, a Advocacia Geral da União, todos nós estamos de luto.

### Trajatória

Ricardo Buarque Franco Netto entrou no serviço

público em 1961 como redator da Revista Rodovia, no extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DER), hoje DNIT. Em 1977 tomou posse como procurador federal, com atuação no próprio DNER.

Durante a carreira, foi assessor do ministro extraordinário do Planejamento (1965/1967), chefe de gabinete do diretor-geral da Agência Nacional (1968/1967), assessor da ministro da Saúde (1970/1972), assessor do secretário de Indústria e Comércio (1974/1975), assessor especial do ministro do Desenvolvimento Urbano (1985/1986), assessor especial do ministro dos Transportes (1987/1991), chefe de gabinete do DNER (1991/1992), coordenador e consultor jurídico substituto do Ministério dos Transportes (1995/1997).

Além de advogado, Ricardo era jornalista profissional. Atuou como redator em jornais de grande circulação, como Correio da Manhã e O Globo, além da Agência Brasil.

## Mensagem A Um Amigo

*Mais um amigo que  
viaja à Eternidade,*

*Deixando nossas  
almas enlutadas,*

*Mas este tem o dom da  
Imortalidade,*

*As obras que deixou  
não serão olvidadas.*

*Homem de fibra e de  
total integridade,*

*Palavra amena em  
frases compassadas,*

*Cultivava sereno o  
amor e a amizade,*

*Revigorava nossas  
mentes cansadas.*

*Mestre em dosar  
ousadia e prudência,*

*A todos fascinava por  
sua inteligência,*

*Carregando a sorrir  
da Vida imenso fardo.*

*Será muito sentido a  
sua ausência,*

*Falta fará sua larga  
experiência,*

*Ele tinha o nome  
régio de RICARDO!*

**R. Robinson**

**S. Junior**





Carmen Lucia Vieira  
Ramos Lima  
Procuradora Federal

# Coisas que Sensibilizam

sidades futuras...

Crise global? Antes do desejo coletivo, tem-se o desejo individual, com as necessidades de sobrevivência etc. A crise da Grécia, por exemplo, citada aqui, por respeito à sua cultura milenar, um dos pilares da humanidade, pontua em contraponto às revoluções mundiais ditas “democráticas”, que são notícias permanentes e, possivelmente, no campo econômico, tenham mais interesse, pois, afinal, têm riquezas... Todas as grandes potências querem e precisam de riquezas. Por elas tantas coisas são justificadas! E aí as discussões são intermináveis... Sem finalização.

Tempo de miscelâneas. Peneirando: alguns resíduos que ficam na peneira suscitam pensamentos cínicos: é perigoso para a saúde ficar pensando na criação de imposto para a saúde? Nossa!

É muita coisa que antecede o pensamento gerador de um imposto. Não digo fato gerador, porque primeiro se pensa que o dinheiro por si só fará o suprimento de todas as defasagens que envolvem o tema: hospitais despreparados e com aparelhos sem cuidado, falta de pessoal capacitado, medicação sem armazenamento adequado, suprimento de pessoal da área médico-administrativa, interação produtiva Agência de Saúde/Planos de Saúde/consumidores, SUS com possibilidade de atender melhor as comunidades.

Formatar: esta palavra é mais compatível com as disponibilidades atuais de vida. É mais adequada à ordem do dia. Reorganizar as finanças da sociedade, com criação de empregos, moradias, melhoria salarial é uma meta maravilhosa. Algumas possibilidades podem ser aventadas, como no caso daqueles que bem remunerados podem escolher o seu médico, hospital etc, alimento, academias, sem ficar dependente de Planos de Saúde, equipamentos hospitalares em restauração, carência de pessoal para atendimento. Mas este segmento social é muito restrito e quase no plano ideal. Na verdade há um contingente muito grande de pessoas que são “recordadas” de que devem acompanhar a sua saúde através de campanhas: vale ressaltar que essas campanhas são fada de dois gumes, pois, quando realçam a existência da doença, podem levar à intimidação ao indivíduo, cujas possibilidades de acesso a exames não são tão fáceis como se imagina, a prin-

cípio. Ex. Este é o Ano do Glaucoma; agora é a vez da hepatite C, o Câncer de Mama é a bola da vez; todas essas chamadas são extremamente válidas, quando acompanhadas de acesso a diagnóstico e tratamento. Às vezes se, em etapa avançada, a doença não tem mais jeito: o caso do Prêmio Nobel de Medicina/2011, morto 4 dias antes de receber o referido prêmio, o gênio do Vale do Silício (USA) Steve Jobs, inventor de aparelhos inteligentes/computadores etc, também morto recentemente, artistas famosos e tantos outros desconhecidos do público. Na maior parte das vezes, o básico é o que conta: procurar Postos de Saúde, ali, junto à base comunitária e receber informações preventivas e também tratamento. Saúde é essencial; não pode ser somente instrumento de arrecadação de dinheiro, sem estudo do local eleito para situar equipamentos e tratamentos. Alimento não pode ser substituído indiscriminadamente por medicação. A população vem aprendendo de geração em geração que, sem remédio não se vive, alimenta-se mal e se auto-medica.

Como estão as pesquisas laboratoriais e universitárias concernentes às doenças genéticas e àquelas de âmbito das grandes campanhas? Seria interessante que a medicação no caso fosse mais acessível à população e bem armazenada, quando necessário, para chegar intacta aos seus consumidores: os contribuintes.

Uma abordagem leva à outra: os Correios não são um serviço essencial? Todos

sabem lidar com a internet ou têm, ao menos um computador? Ora, como fica a população com um serviço essencial parado por longo tempo? Peneirando, para entender: contratar, por conta própria, um motoqueiro para levar alguma correspondência, um pacote, uma encomenda, enfim a prestação de um serviço, urgente ou não, significa usar privativamente um serviço que deveria ser efetuado pelos Correios? E a responsabilidade desse “contrato” consumidor x motoqueiro? Passando a ser usual, significa que a sociedade decidiu assim?

Como andam as negociações entre os diferentes níveis de Poder, entre os seus participantes, entre os Poderes e a sociedade civil organizada?

Gênios são raros. Por isso mesmo, não se pode queimar etapas. Uma pessoa normal precisa de escola, formação, o que o gênio dispensa. É preciso alimento para não precisar de medicação, hospital, exames. É preciso emprego, trabalho dignamente remunerado para viver, para não se decepcionar, para não ser alvo fácil do tráfico de drogas, do ilícito, da bandidagem. E, também, para quando quiser ser representante de instituição, organização, sindicato, partidos políticos etc, saber que estará submetendo os seus interesses ao interesse maior e mais digno: o interesse comunitário. Será um vencedor, porque venceu as próprias fraquezas. ■

## Reflexões:

- Serviço essencial é o necessário, indispensável.
- Serviço inteligente, aparelhos inteligentes são criados e usados por pessoas que não precisam dos serviços essenciais?
- A sociedade é uma pirâmide social.
- Todos tiveram/têm acesso aos meios de formação, comunicação, segurança, lazer, paz, conforme idealisticamente se pensa?
- E quanto aos salários? Proventos? O que pensar?
- E os meios para garantir a “saúde”? Falta dinheiro ou gerenciamento e capacitação de profissionais?
- Catástrofes sinalizam as chagas nos diferentes setores administrativos e no quanto falta para a população se instrumentalizar e poder, por si mesma, sem a interferência direta do Estado, gerenciar, atuar e pensar coletivamente.
- Saber escolher e saber cobrar de seus representantes é direito e dever da sociedade.
- Negociar é arte de mercância em qualquer setor de interação humana.
- Os falsos artistas e os falsos mecenas estão proliferando.
- Caminhar sempre.

# A Noite dos

*Agosto*



*Dr. Antonio Carlos Calmon apaga as velinhas, corta o bolo e recebe o abraço dos Drs. Carlos Damas e Miguel Paschoal.*

*Setembro*



*Dr. Napoleão P. Guimarães e Dra. Eunice Rubim, cortam o bolo.*



*Uma saudação aos aniversariantes.*

# Aniversariantes

*fotos: Ruano Carneiro*



*Dr. Napoleão P. Guimarães, Dra. Eunice Rubim e Dr. Miguel Paschoal.*



*Acima: Um brinde aos aniversariantes.*



*À esquerda: Dr. Tomaz J. de Souza e Dra. Maria Auxiliadora.*

*Abaixo: Dr. Napoleão Pereira Guimarães, Dra Eunice Rubim e Dr. Francisco Pedalino*



# AGU e INSS conseguem economia de quase R\$ 5 milhões em acordos previdenciários celebrados durante mutirão em Manhuaçu (MG)

Acordos propostos pela Advocacia-geral da União durante mutirão previdenciário na região de Manhuaçu (MG) garantiram economia de cerca de R\$ 5 milhões aos cofres previdenciários.

Iniciativa da recém-criada Subseção da Justiça Federal na cidade, as audiências foram realizadas entre os dias 8 e 12 de agosto. Quase 800 ações ajuizadas desde 2006 com pedido de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram analisadas.

“A atuação que garantiu os acordos representa mais um passo da AGU e do INSS em direção ao cumprimento dos princípios da Eficiência e da Celeridade Processual previstos na Constituição Federal”, avaliou o procurador Federal Chefe da PSF/INSS de

Governador Valadares, Luiz Carlos dos Santos.

Ele informou que estão sendo criadas normas internas que autorizam os procuradores federais a proporem acordos em matérias que não façam sentido manter o litígio. “Essas matérias são objetos de análise e pacificação por parte da AGU mediante a criação de súmulas e pareceres. Assim, desafoga-se o Judiciário por reduzir o número de processos contra a União e o INSS”.

## Mutirão

Todos os processos que participaram do mutirão estavam em tramitação na Justiça Estadual local e foram enviados para a Justiça Federal em razão da criação da Vara Federal da Comarca de Manhuaçu.

Foram analisados aproximadamente 734 benefícios, com 344 acordos (46,87%), 117 procedências (15,94%) e 246 improcedências (33,51%), 08 extinções (1,09%) e 19 conclusões (2,59%), em audiências que, muitas vezes, aconteciam até às 23:00 horas.

Segundo dados da Justiça Federal, os 344 acordos geraram a quantia de R\$3.973.284,32 em Requisição de Pequeno Valor (RPVs), ou seja, R\$11.550,25 por processo.

As RPV's se referem aos processos que foram objetos de acordo, envolvendo 80% de valores atrasados. Neste caso, de acordo com os procuradores federais, a arrecadação indireta alcançou a quantia de R\$993.321,18. Soma-se a este valor a arrecadação indireta,

decorrente das sentenças de improcedência, que atingem R\$3.645.780,59. O total economizado com os acordos é de R\$ 4.639.101,77.

Participaram do mutirão quatro procuradores da Procuradoria Seccional Federal (PSF) junto ao INSS de Governador Valadares, seis peritos médicos locais do Instituto e quatro juizes da Seção Judiciária de Minas Gerais. Servidores e estagiários da Procuradoria também participaram da fase preparatória para o mutirão.

Desta forma, os acordos propostos pelas procuradorias, em sua maioria, tiveram o “aval” da área médica do INSS, o que, de acordo com a PFE/INSS, aumenta consideravelmente o critério de justiça do benefício concedido e/ou restabelecido na via judicial.

## Garantida restituição de mais de R\$ 2,36 milhões pagos indevidamente pela União a 2.265 servidores da Previdência

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, o desconto de valores pagos a mais pela União a 2.265 servidores públicos associados ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev). No total, serão recuperados mais de R\$ 2,36 milhões aos cofres da União. A atuação foi da equipe de Matéria Administrativa da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, em colaboração com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE/INSS), em São Paulo (SP).

As verbas foram pagas a título de VPNI - Vantagem Pessoal

Nominalmente Identificada - como complemento do salário base, para que não fosse inferior ao salário mínimo. Porém, esse entendimento foi modificado pela Lei 11.784/08, que determinou a incidência sobre a remuneração total e não sobre o vencimento do servidor.

As Procuradorias destacaram que a VPNI foi absorvida por outras gratificações, mas continuou a ser paga pela Administração em duplicidade aos servidores ativos e inativos, por erro material. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão determinou, então, o desconto por toda Administração, Direta e Indireta, por meio do Ofício Circular 02/

2011/SRH/MPOG e da Mensagem 544726/11.

As procuradorias ainda observaram que é considerada boa fé do servidor o recebimento de verbas indevidas por erro ou má interpretação da Administração, e não o recebimento por erro material: erro aritmético percebido facilmente, sem a necessidade de interpretação de qualquer conceito.

O sindicato entrou com ação contra o desconto dos valores pagos a maior aos seus substituídos, mas o pedido foi negado. A equipe da Coordenação de Matéria Administrativa da PRF3 despachou pessoalmente com a magistrada

responsável pela ação, que acolheu esse entendimento.

“(…) Isso porque a boa fé deve ser amparada em interpretação da administração que é posteriormente modificada. Não é o que ocorre no presente caso, o ente público não emitiu uma orientação normativa e depois a modificou. Os proventos dos servidores foram pagos a maior por mero erro material - fato incontroverso nos autos. Situação similar poderia ocorrer, caso se pagasse duas vezes as férias ou o décimo terceiro, o que obviamente geraria direito de percepção de devolução do pagamento indevido pelo ente público”, explicou a juíza em sua decisão.

# Advocacia-Geral derruba mais uma decisão que impedia cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação oferecido pela UFG

A Advocacia-Geral da União (AGU) derrubou mais uma decisão judicial de primeira instância que suspendia a cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação lato sensu oferecido pela Universidade Federal de Goiás (UFG). A Universidade foi proibida de fazer a cobrança, após um estudante do curso de especialização em Direito Agrário e Ambiental ter o pedido aceito pela Justiça, com argumento de que a educação pública dever ser gratuita em todos os níveis.

Os procuradores da AGU recorreram, demonstrando que os cursos de pós-graduação lato sensu, visam o aprimoramento profissional e

reciclagem para desenvolvimento pessoal. Em razão de sua finalidade, não se enquadrariam no conceito de “ensino” a que se refere o artigo 206 da Constituição Federal. Esses cursos são definidos como atividades de extensão. Por isso, as universidades podem condicionar a realização mediante ao pagamento de taxas e mensalidades, conforme art. 213, § 2º da Constituição Federal.

A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal (PF) junto a UFG sustentaram que a UFG dispõe de autonomia para criar e autorizar o funcionamento de cursos lato sensu mediante proposta do Conselho

Diretor, já que essas especializações não são atividades do ensino regular como a graduação e a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) que por determinação constitucional devem ser gratuitos.

A Advocacia-Geral informou ainda, que se a suspensão da cobrança fosse mantida, a Universidade seria obrigada a fechar o curso, já que não haveria condição de manter as aulas do curso de especialização em Direito Agrário e Ambiental sem os recursos das mensalidades.

A Juíza Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás acolheu os argumentos e destacou que “se a citada despesa

não for suportada pelos participantes, ficará inviabilizada a manutenção dos cursos de pós-graduação lato sensu, porquanto consoante asseverado, o próprio Poder Público não está obrigado a custeá-lo e, de fato, não o faz... Sendo assim, é legítimo e sensato que tais cursos sejam mantidos por aqueles que se disponham e tenham recursos financeiros para tal”. Para o Procurador-Chefe da PF/GO, Bruno César da Luz Pontes “a decisão é mais um incentivo para nossa incansável tentativa de fixar uma jurisprudência favorável ao tema, vez que ainda, existe outras decisões em sentido contrário”.

## Atuação da AGU garante economia de R\$ 12 milhões à União ao impedir pagamento indevido de salários a auditores fiscais

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu, na Justiça, economia de R\$ 12 milhões aos cofres públicos, com a extinção de ação movida por Auditores Fiscais do Tesouro Nacional (AFTN), para cobrar o pagamento indevido de salários, entre os anos de 1997 e 2004.

A Procuradoria Regional da União na 2ª Região (PRU2) observaram que os auditores foram empobrecidos e nomeados por ordem judicial no ano de 2004, por não terem sido convocados

pela Administração Federal em 1997, após aprovação no concurso.

Inconformados, pediam o pagamento dos salários desde 1997 até 2004, mas a PRU2 demonstrou que eles não tinham direito e que decisão favorável poderia causar prejuízos irreversíveis aos cofres da União.

Quando cumpriu a decisão que determinou a nomeação, a União foi intimada para apresentar Embargos à Execução da obrigação de pagar R\$

12.985.208,67. A AGU entrou com o recurso, onde sustentou que a quantia não poderia ser paga, já que os auditores não prestaram ao Estado nenhum tipo de trabalho naquele período. Por isso, como pretendiam receber pelos serviços não prestados? Os advogados da União também lembraram que a Constituição Federal proíbe o acúmulo de rendas.

A 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro extinguiu a execução do pagamento pela União, ao concordar com a defesa da PRU2.

### Você sabia?

#### Origem do nome 14 Bis

O 14 Bis tem esse nome porque foi testado por Santos-Dumont, acoplado ao seu dirigível de nº 14. Em vez de um novo nome, Dumont preferiu chamá-lo de “bis”. Outra curiosidade envolvendo Santos-Dumont foi a criação do relógio de pulso. Sem poder acompanhar o tempo em que permanecia no ar, com o relógio no bolso, o aviator sugeriu então ao amigo relojoeiro Cartier que adaptasse alças ao objeto. O modelo do relógio foi chamado de Santôs e existe até hoje.

# Advocacia-Geral garante afastamento de servidores do Ibama envolvidos em fraudes ambientais no RJ

Em mais uma atuação no combate à corrupção, a Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu a manutenção do afastamento de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Ibama), no Rio de Janeiro, demitidos por crime ambiental. Eles pediam, na Justiça, a reintegração aos cargos ocupados no órgão, com todas as vantagens previstas.

Após a Operação Euterpe, servidores públicos federais do Instituto foram condenados em processos administrativos disciplinares que resultaram em suas demissões.

De acordo com o processo, os envolvidos, responsáveis pela fiscalização do Ibama, extorquiam empresários do ramo imobiliário, comercial e industrial, e vendiam pareceres técnicos favoráveis a seus respectivos empreendimentos, quase sempre localizados em áreas de proteção ambiental.

Após as demissões, inconformados, os funcionários entraram com diversas ações para tentar anular os processos administrativos disciplinares com a alegação de que a demissão havia sido ato do então ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que foi responsável pela denúncia, quando ainda era deputado estadual.

Justificaram que o ministro fez pronunciamentos na mídia no sentido de condenar os autores, antes do término dos processos administrativos e que, o mesmo procurador Federal que atuara no primeiro processo administrativo, também participou dos procedimentos administrativos subsequentes, o que representaria suspeição ou impedimento.

A Procuradoria Regional Federal

da 2ª região (PRF2), através dos procuradores que atuam na Coordenação de Matéria Administrativa (CMA), identificou que se tratava “de uma onda de demandas com o objetivo de desconstituir o trabalho realizado pela Polícia Federal e pelo IBAMA, no sentido de punir os responsáveis pelos vários atos de corrupção apurados”.

## Argumentos

Nas diversas medidas judiciais os procuradores sustentaram que a providência tomada pelo Ministro do Meio Ambiente, à época, não poderia ter questionado na Justiça Federal e que o processo administrativo que resultou nas demissões não era nulo.

Segundo os procuradores federais, as demissões, neste caso, são perfeitamente legais antes mesmo da definição do processo criminal para apurar os fatos. A PRF2 também lembrou que o §1º do art. 1º da Lei 8.437/1992, prevê que “não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal”.

## Liminares

Após a defesa, os procuradores da AGU despacharam pessoalmente com os juízes e desembargadores dos processos, conseguindo reverter todas as medidas liminares e impedindo novas ordens de reintegração. A 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em julgamento definitivo, acatou os argumentos da PRF2 e manteve as demissões.



# APA FER J

Rua Álvaro Alvim, 21/2º andar CEP: 20031-010

Centro - Rio de Janeiro - Sede Própria

e-mail: [diretoria@apaferj.org.br](mailto:diretoria@apaferj.org.br)

portal: [www.apaferj.org.br](http://www.apaferj.org.br)

Tel/Fax: (21)2532-0747 / 2240-2420 / 2524-6729

## DIRETORIA

### PRESIDENTE

José Marcio Araujo de Alemany

### VICE-PRESIDENTE

Rosemiro Robinson Silva Junior

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Miguel Carlos Melgaço Paschoal

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ADJUNTO

Maria Auxiliadora Calixto

DIRETOR FINANCEIRO

Fernando Ferreira de Mello

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

Dudley de Barros Barreto Filho

DIRETOR JURÍDICO

Hélio Arruda

DIRETOR CULTURAL

Carlos Alberto Mambrini

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Antonio Carlos Calmon N. da

Gama

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Rosa Maria Rodrigues Motta

DIRETOR SOCIAL

Gracemil Antonio dos Santos

2. LUIZ CARLOS DE ARAUJO

3. ALLAM CHERÉM SOARES

4. FERNANDO CARNEIRO

5. EMYGDIO LOPES BEZERRA NETTO

6. EDSON DE PAULA E SILVA

7. SYLVIO MAURICIO FERNANDES

8. TOMAZ JOSÉ DE SOUZA

9. SYLVIO TAVARES FERREIRA

10. MARIA DE LOURDES CALDEIRA

11. MARILIA RUAS

12. NEWTON JANOTE FILHO

13. CELINA DE SOUZA LIRA

14. JOSÉ PIRES DE SÁ

### SUPLENTES:

1. IVONE SÁ CHAVES

2. MARIA LUCIA DOS SANTOS DE SOUZA

3. PETRÔNIO LIMA CORDEIRO

4. ALZIRA MATOS OLIVEIRA DA SILVA

5. GERALDO GOMES DA SILVA

## CONSELHO FISCAL

### TITULARES:

1. JOSÉ CARLOS DAMAS

2. EUNICE RUBIM DE MOURA

3. WALDYR TAVARES FERREIRA

### SUPLENTES:

1. JOSÉ RUBENS RAYOL LOPES

2. MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA DE MEDEIROS

3. CARLOS CAVALCANTI DE A. RAMOS

## CONSELHO

### DELIBERATIVO NATOS:

1. WAGNER CALVALCANTI DE ALBUQUERQUE

2. ROSEMIRO ROBINSON SILVA JUNIOR

3. HUGO FERNANDES

### TITULARES:

1. FRANCISCO PEDALINO COSTA

## Jornal da APAFERJ

**Editor Responsável:** Carlos Alberto Pereira de Araújo

Reg. Prof.: 16.783

**Corpo Editorial:** Antonio Calmon da Gama, Carlos Alberto Mambrini, Fernando Ferreira de Mello, Miguel Carlos Paschoal, Rosemiro Robinson Silva Junior.

**Supervisão Geral:** José Márcio Araújo de Alemany

**Editores e Arte:** Jane Fonseca - [jane\\_fonseca@terra.com.br](mailto:jane_fonseca@terra.com.br)

**Impressão:** Monitor Mercantil

**Tiragem:** 2.000 exemplares

*Distribuição mensal gratuita.*

*Os artigos assinados*

*são de exclusiva responsabilidade dos autores*

*As matérias contidas neste jornal poderão ser publicadas, desde que citadas as fontes.*

**ANIVERSARIANTES**

setembro

- 01 Alba Regina de Jesus - M. Saúde  
 01 Gilmar de Souza Araujo - Agu  
 01 Lucia Maria da Silva Brito - Incra  
 03 Carlos Eduardo C. Machado - Inpi  
 03 Luiz Augusto Paiva da Silva - M. Faz  
 05 Marlene Ferreira Barbosa - C.P.II  
 06 Aléssio Fionta - Inss  
 06 Luiz Antonio Cavaleiro - M. Faz  
 06 Moysés Lopes Maciel - Ibama  
 07 Maria Denise de Góes Fischer - Cnen  
 08 Antonio Pereira de Souza - Inss  
 08 Arnaldo Osborne M. da Costa - Inss  
 08 Nelson Fagundes de Mello - Inpi  
 09 Ana Maria Vieira - Mpog  
 10 Dorothy Geszikter - Incra  
 10 Jairo Jacintho Vieira - Inss  
 11 Heloisa Lucciola L. Gonçalves - Inss  
 11 Renato Rabe - Agu  
 12 Eunice Rubim de Moura - Agu  
 12 Pedro Machado de Souza - M. Saúde  
 13 Cedenir da Costa Issa - M. Agric  
 13 Herbert Gomes - Inss  
 13 Milton Pinheiro de Barros - Mpas  
 14 Antonio Everardo C. Ramalho - C.P.II  
 14 Antonio Lages Cavalcanti - Incra  
 15 Fernando Carneiro - M. Tranp  
 15 Sebastião Wagner Sab - Incra  
 16 Júlio César da Motta Buys - M. Transp  
 16 Zuréa de Sousa Martins - Incra  
 17 Almir Rodrigues Carreira - Ufrj  
 18 Jonas de Jesus Ribeiro - Agu  
 19 Carlos Alberto P. de C. e Albuquerque Jr - Agu  
 19 Carlos Edgar G. Moritz - Fns  
 20 Edimar Rodrigues de Paula - Inmetro  
 20 Gladstone dos Santos - Incra  
 20 Sérgio Luiz P. Sant'anna - Agu  
 21 Carlos Roberto Barciela - Incra  
 21 Seir Soares da Silva - Ufrj  
 22 Orlando Gonzalez Fernandez - M. Saúde  
 24 Amaury de Souza - Inss  
 24 Edibaldo Homobono S. Brígida - Agu  
 25 Sonia Maria de Jesus Carmelo - Mpas  
 26 Napoleão Pereira Guimarães - M. Faz  
 28 Antonio José Clemente - Inss  
 28 Izaura Pereira Campos - M. Saúde  
 28 Maria Helena Dock de Aquino - Inss  
 28 Nina Maria Hauer - Unirio  
 28 Romeu Guilherme Tragante - Inpi  
 29 Antonio Célio de Barros - Inss  
 29 Maria Tereza de Oliveira - C.P.II  
 30 Luiz Carlos Gonçalves Arruda - Embratur

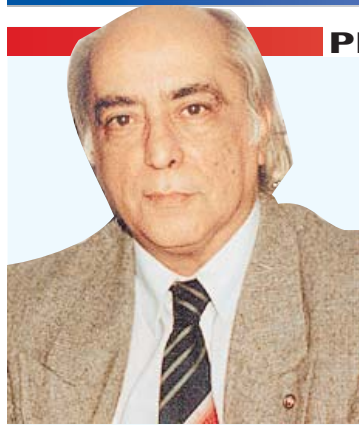
**ANIVERSARIANTES**

outubro

- 01 Francisca Silva Rosas Gomes - Ufrj  
 01 Mauro Cabral Teixeira - Agu  
 02 Antonio Trajano L. R. da Silva - M.Faz  
 03 Herval da Silva França - Inss  
 03 José Torres de Medeiros - Inss  
 03 Valério Nunes Vieira - Agu  
 04 Doris Amorim Dias - Inss  
 04 Onilo da Silva - Inss  
 05 Joana D'arc Tenório - Inss  
 06 José Carlos Machado - Inss  
 08 Perla Kupfer - Inss  
 11 Guilherme Baldan C. dos Santos - Agu  
 11 Otacio Bispo F. de Andrade - Ufrj  
 12 Suely Cotta C. de Oliveira - Cnen  
 13 Frederico Teixeira Barbosa - Agu  
 15 Luzimar Therezinha B. de Neiva - Inpi  
 15 Reynaldo Francisco Môra - Agu  
 16 Jonathas Jesuino da Silva - Ufrj  
 16 Marly de Figueiredo T. Paranhos - Inss  
 17 Teresa Angélica Follador - Incra  
 18 Arinaldo dos Santos - Inss  
 18 Otto Victor de Brito - Inss  
 20 Manoel Fortunato R. de Azevedo - Incra  
 20 Pedro Pereira dos Santos - M. Transp  
 21 Jesy Barbosa Rangel - M. Saúde  
 21 Marcello Teixeira Bittencourt - Agu  
 21 Natan Antonio de Souza - Agu  
 21 Vicente Sergio Mannarino - M. Faz  
 22 Dalmo Cruz Silva - Inss  
 22 Francisco Carlos C. N. da Gama - Inss  
 22 Gerson Paulo Sammartino - Fns  
 22 Solange Santiago Reis - Susep  
 23 Abigail de Castro Carvalho Rosa - Incra  
 23 Luci Romano Villela Teixeira - Mpas  
 24 Antonio Carlos C. Carvalho Sá - M. Saúde  
 24 Francisco Pedalino Costa - M. Faz  
 24 Lilian de Paula da Silva - Agu  
 24 Manuel de Jesus Soares - Cbia  
 24 Rosa Virginia C. de Carvalho - Agu  
 25 Ana Lucia da Rocha - Agu  
 25 Lucy da Costa Araujo - Inss  
 26 Francisco Augusto Ramos - Embratur  
 26 Leila Rocancourt B. Martins - Inss  
 26 Roberto Osman Gomes Aguiar - Agu  
 27 Léa Pontes Castello Branco - Agu  
 27 Luiz Carlos de Araujo - Dep. P. Fed.  
 27 Ney Madeira - Inss  
 28 Walkiria Cordeiro Gerk - Mpas  
 29 Augusto Gonçalves da S. Neto - Agu  
 29 Heloisa Fernandes London - Inss  
 29 João Rodrigues Itaboray - M. Justiça  
 29 Maria Helena Woisky Falcão - Embratur  
 30 Maria Auxiliadora Calixto - Mpas  
 30 Vilma Freitas de M. Marcondes - Agu

PEÇO A PALAVRA

# LUZES E SOMBRAS



Rosemiro Robinson S. Junior  
Vice-Presidente

Meus caros e fiéis leitores: há algum tempo escrevi, neste jornal, que a Vida e a Morte andam de mãos dadas, o que pode ser repetido nos binômios Alegria e Tristeza, Amor e Ódio, Prazer e Dor, Realidade e Fantasia, entre tantos outros, que consagram o eterno contraste de sentimentos e situações que corporificam a nossa longa e complexa caminhada até a Eternidade.

Um dia luminoso para mim foi 25 de agosto pretérito, quando participei do lançamento, na sede da APAFERJ, do segundo volume do meu livro: “*CONTOS PTERNOS – estórias que meu pai me contou*”, consubstanciando nova e emocionada homenagem ao meu saudoso pai, Desembargador ROSEMIRO ROBINSON SILVA, de quem herdei o nome, a inclinação pelo Direito e o gosto pela ironia.

Ao som de mavioso saxofone, ouvindo clássicos nacionais e internacionais, autografei inúmeros livros, e, depois, escutei comovente pronunciamento do Dr. MARCIO ALEMANY, o poema declamado pelo Dr. TOMAZ JOSÉ DE

*Legum omnes serbi sumus ut liberi esse possimus* - (Cícero)  
“Somos todos serbos das leis para que possamos ser livres”.



SOUZA, a linda canção interpretada pela Dra. EUNICE RUBIM e, *nec plus ultra*, fui homenageado com a medalha THEMISTOCLES CAVALCANTI, que me foi entregue por minha querida filha LUCIA HELENA, Advogada e Cientista Social.

Guardarei na minha memória e na minha saudade as palavras dos Drs. CARLOS MAMBRINI, MIGUEL PASCHOAL e GRACEMIL

DOS SANTOS, amigos que, somados aos três acima nominados, se acrescentaram aos meus irmãos de sangue, bem como outros que não irei citar por questão de espaço, tendo ficado profundamente emocionado com as presenças das minhas amadas irmãs MARIA, brilhante Advogada, e MARTHA, a inolvidável caçula da família, MÔNICA, querida sobrinha e também Advogada meus

diletos primos LAURO e ANA MARIA, e, principalmente, da minha adorada filha LUCIA HELENA, que é a melhor poesia que já fiz e em quem continuarei a viver.

No dia 16 de setembro, que se anunciava nevoento e triste, recebi a notícia da morte do Dr. RICARDO BUARQUE FRANCO NETTO, *doublé* de Jornalista e Procurador Federal, cuja atuação, durante áspetros e longos anos, foi fundamental para alcançarmos relevantes objetivos, tendo eu o insuperável privilégio de conviver com o Decano da Advocacia Pública Federal.

Para mim e para todos aqueles que conheceram o Dr. RICARDO, ele, apesar de fisicamente ausente da nossa infatigável e árdua jornada na busca do fortalecimento e valorização da Advocacia Pública, continuará presente através da monumental obra que realizou, calcada na inteligência, na coragem e na lealdade, atributos que, somados à extrema simplicidade, ornamentavam a sua marcante personalidade.

Após momentos tão sombrios, veio a lume o V Seminário sobre Advocacia Pública Federal, que ocorreu no período de 19 a 21 de setembro, em Brasília-DF, com as presenças, entre outras importantes autoridades, do Dr. MICHEL TEMER, Vice-Presidente da República, Dr. JOSÉ SARNEY, Presidente do Senado, Dr. LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS, Advogado-Geral da União e do Dr. J. SAULO RAMOS, Advogado e idealizador da Advocacia Pública Federal, conforme sustentei no artigo “*Perfil*

*de um Pioneiro*”, publicado neste jornal, edição de agosto de 2010.

Outros instantes iluminados e felizes viveremos no período de 7 a 11 de novembro próximo, no XII CONPAF, que será realizado na Cidade do Natal, a bela e florescente Capital do Estado do Rio Grande do Norte, evento que me trará o prazer de assistir a magníficas palestras de consagrados Juristas, rever velhos amigos, fazer novas amizades e festejar, com os meus familiares, o meu retorno, ainda que temporário, à terra onde nasci e em que vivi a Primavera da Vida.

Luzes, músicas e confraternização também teremos em 1º de dezembro próximo, quando a APAFERJ comemorará, com um dia de antecedência, três décadas de vida profícua e gloriosa, impulsionada pelo lema União e Participação, alimentado pelo entusiasmo e incondicional apoio dos nossos diletos associados, cuja fidelidade nos emociona e nos impele a lutar, sem esmorecimento, pela conquista de nossos relevantes e legítimos objetivos.

A festa das Bodas de Pérola da APAFERJ ocorrerá no dia acima referido, nos salões do Real Astória, na Enseada de Botafogo, somando-se à já tradicional Confraternização Natalina anualmente efetivada, trazendo-nos inesquecíveis momentos de Felicidade e renovando nosso ânimo para concretizarmos os nossos ideais, lastreados na perene trindade: LEI, DIREITO e JUSTIÇA! ■